

ISSN 2238-9113**ÁREA TEMÁTICA:** (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

**PROJETO LIVRES PARA DIALOGAR: A INTERDISCIPLINARIDADE NO FOMENTO DE OFICINAS
SOCIOEDUCATIVAS JUNTO DE ADOLESCENTES E JOVENS DO MUNICÍPIO DE PONTA
GROSSA**

Gisah Christine Salloum (gisah_salloum@hotmail.com)**Mariana Farias (mari.farias1@hotmail.com)****Taciane Nayara Siqueira Chagas (taci_siqueira@hotmail.com)****Silmara Carneiro E Silva (verdesilmara@hotmail.com)****Yara Aparecida Martini Klippel (yaramklippel@yahoo.com.br)**

RESUMO – O presente projeto foi desenvolvido pelo Programa Patronato de Ponta Grossa e tem como foco o trabalho com adolescentes atendidos pelas instituições do município. O artigo a ser apresentado se constitui em um relato de experiência da execução de um projeto piloto aplicado no Projeto Adolescente Aprendiz do município, o qual contou com a participação das equipes de Direito, Psicologia e Serviço Social na sua execução. A experiência relatada neste artigo é resultado da atuação de uma psicóloga e uma advogada como facilitadoras de uma das oficinas do respectivo projeto piloto. O objetivo é apresentar novos métodos de trabalho com adolescentes e jovens a partir dos princípios da Justiça Restaurativa aplicado em oficinas, tratando temas pertinentes à adolescência e à juventude, tais como: convivência social e familiar, identidade e direitos/deveres. O método pelo qual esse estudo será apresentado é o de relato de experiência, uma vez que nele será abordada a descrição e análise das oficinas realizadas no presente projeto. Como resultado deste trabalho observa-se que as oficinas proporcionam um espaço para que os adolescentes e jovens possam se expressar livremente sobre assuntos que podem contribuir na formação de suas identidades e no seu auto reconhecimento como sujeitos no mundo.

PALAVRAS-CHAVE – Adolescentes e jovens. Justiça Restaurativa. Oficinas socioeducativas.

Introdução

O Patronato Penitenciário de Ponta Grossa é um Programa de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Tal programa é desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) o qual realiza o intercâmbio entre a comunidade e o Poder Judiciário da comarca de Ponta Grossa,

fiscalizando, orientando e apoiando os beneficiários que cumprem prestação de serviços à comunidade (PSC). Constituído por diversas áreas do conhecimento – Direito, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e Administração – o Patronato desenvolve subprojetos educativos, informativos e reflexivos com os prestadores de serviços à comunidade. Tais ações visam a promoção da cidadania de cada sujeito atendido pelo programa.

Um dos subprojetos desenvolvidos no âmbito do Programa é o “Livres para Dialogar”, que tem um propósito preventivo e educativo atuando com adolescentes e jovens atendidos por instituições do município. O presente projeto se justifica pelo fato de a adolescência e a juventude serem fases de constituição e consolidação de identidade do sujeito, onde o mesmo depara-se com desafios do cotidiano e – por hora – possui um repertório arcaico para lidar com as situações conflituosas que as relações sociais lhe proporcionam. Entende-se que o adolescente se encontra em uma fase de vida vulnerável às condições adversas em um período onde se busca a consolidação de valores, ideais e sua identificação. Silva (2012, p. 99) aponta que nesta

[...] fase da vida, o sujeito está construindo sua identidade, tornando-se mais exposto às diferentes influências, motivações e ou orientações, seja da família, de amigos e outros grupos pertencentes ao seu ambiente de sociabilidade.

Nesta perspectiva, utilizando-se de princípios de Justiça Restaurativa¹, a equipe multidisciplinar do Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa desenvolve oficinas com adolescentes e jovens atendidos pelas instituições do município, a fim de promover a cidadania destes sujeitos, convidando-os para problematizar questões relacionadas à fase da adolescência e juventude.

Objetivos

Promover ações educativas que visam a sensibilização dos adolescentes e jovens frente aos desafios da convivência social, problematizando questões de ordem subjetiva, social e legal junto à população supracitada do município de Ponta Grossa.

Referencial teórico-metodológico

As oficinas desenvolvidas neste projeto contam com a participação de toda a equipe interdisciplinar do Patronato. O projeto busca trabalhar com adolescentes e jovens que são

¹ A equipe do Programa Patronato foi capacitada em Justiça Restaurativa pelo Centro de Solução de Conflitos e Cidadania de Ponta Grossa e atualmente tem buscado internalizar em suas práticas os resultados desse aprendizado.

atendidos por instituições do município, seja de acolhimento institucional, escolas, igrejas, entidades socioassistenciais, dentre outras. O foco do projeto é o público entre 12 a 21 anos.

Na construção das oficinas levou-se em consideração os princípios de Justiça Restaurativa. Para a sua realização algumas de suas técnicas são utilizadas, como o círculo de construção de paz. Nesta técnica, ao trabalhar com grupos, os facilitadores promovem a criação de um espaço coletivo, permitindo que o mesmo seja seguro para que os participantes possam falar honesta e abertamente, mantendo o respeito mútuo; estimulam, por meio de perguntas ou sugestões de tópicos, as reflexões do grupo, monitorando o tempo todo a qualidade do espaço coletivo.

A Justiça Restaurativa define uma nova abordagem para a questão do crime e das transgressões que possibilita um referencial paradigmático na humanização e pacificação das relações sociais envolvidas num conflito. Como a questão da violência e da criminalidade está, em regra, associada a relações conflituosas que evoluem de forma descontrolada, as denominadas práticas restaurativas - soluções de composição informal de conflitos inspiradas nos princípios da Justiça Restaurativa - tem passado a representar uma poderosa ferramenta de implementação da cultura de paz em termos concretos (BRANCHER, 2011, s/n).

Portanto, o espaço proporcionado aos adolescentes e jovens, quando vivenciado a partir da utilização das técnicas de Justiça Restaurativa, possibilita novas formas de expressão e exteriorização de opiniões, onde – através destas técnicas – os participantes possam sentirem-se à vontade e estimulados a participarem das construções coletivas propostas durante a oficina. O círculo de construção de paz promove a horizontalidade entre os participantes – e até mesmo dos facilitadores – e favorece a construção da empatia, o sentimento de pertencimento grupal e o poder compartilhado, onde todos os envolvidos têm espaço para fala. As técnicas da Justiça Restaurativa favorecem o desenvolvimento de um espaço comum, onde os próprios participantes auxiliam na construção de um ambiente acolhedor, empoderando os integrantes do grupo, o que se considera oportuno para um trabalho aplicado a adolescentes e jovens, pois, desta maneira, cria-se uma identificação entre participantes e o círculo em si.

Os eixos que norteiam as oficinas foram construídos através de uma perspectiva interdisciplinar, articulando as áreas de conhecimento e sobrepondo umas às outras, considerando que o desenvolvimento psíquico e social do sujeito demanda necessidades das mais diversas esferas. Frente aos desafios propostos pelas fases da adolescência e juventude, os fundamentos considerados essenciais para o desenvolvimento das oficinas foram: identidade, relações familiares e comunitárias e convivência social (a última trabalhada a partir do aspecto jurídico/legal).

A interdisciplinaridade foi empreendida neste projeto considerando que “[...] toda adolescência tem, além da característica individual, as características do meio cultural, social e histórico [...]” (ABERASTURY, 1992, p. 22).

Considera-se que a construção da identidade do adolescente inicia-se do conflito do desprendimento da infância, onde o jovem depara-se com um *eu* em processo de (des)construção, que exige identificações, ideais e influências para se concretizar; neste sentido somente

[...] quando a maturidade biológica está acompanhada por uma maturidade afetiva e intelectual, que lhe possibilite a entrada no mundo do adulto, estará munido de um sistema de valores, de uma ideologia que confronta com a de seu meio e onde a rejeição a determinadas situações cumpre-se numa crítica construtiva (ABERASTURY, 1992, p. 15).

Portanto, entende-se que o adolescente e o jovem estão em constante mudança. Tentam encontrar-se em sua própria constituição subjetiva identitária, “testando” seus limites, gostos, preferências, etc. A mesma autora, elucida que “estas mudanças, nas quais perde a sua identidade de criança, implicam a busca de uma nova identidade, que vai se construindo num plano consciente e inconsciente” (ABERASTURY, 1992, p. 14).

Entende-se que no processo de construção de identidade, o adolescente e o jovem buscam aparatos para fortalecer a sua convivência familiar e comunitária, construir suas ideologias. Como afirmam Pratta e Santos (2007), o grupo familiar desempenha um importante papel no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, pois é referência de comportamentos, ações e medidas educativas que são compreendidas no âmbito familiar, sendo esta entendida como uma socialização primária.

Há, portanto, nesta fase, uma série de conflitos no indivíduo, que se encontra migrando da infância – supervisionada e orientada pelo núcleo familiar – para uma posição de autonomia e de intensa independência adulta. Diante disso, o adolescente busca um ambiente no qual é possível conquistar seu espaço, posicionar-se através da fala e da escuta, deixando o papel de espectador para assumir uma posição operante e questionadora. Esse espaço pode ser ilustrado na integração em grupos no qual se identifica, seja pelo estilo ou pela semelhança de pensamentos, e que difere da ideologia familiar. A fragilidade da identidade neste período da vida expõe o sujeito a situações desfavoráveis, onde uma linha tênue se constitui entre “certo” e “errado”, entre “legal” e “ilegal”. Desta forma, Silva (2012) afirma que quando o adolescente rompe com a legalidade, a política pública de socioeducação apresenta-se como uma alternativa de educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade, onde busca-se o “[...] fortalecimento dos princípios éticos da vida social” (SILVA, 2012, p. 96).

A fragilização das relações sociais vai se desenvolvendo como consequência de uma sociabilidade inscrita em um contexto de inseguranças. Inseridos nesse processo histórico e social, adolescentes e jovens tornam-se os alvos mais expostos às determinações do fenômeno da violência. (SILVA, 2012, p. 99).

Desta forma, as ações empreendidas nas oficinas que abordam as questões acerca da socioeducação corroboram com o papel do Estado e da sociedade em geral, como meio para o fortalecimento do convívio social, o que se considera ser de fundamental relevância ao pensarmos em ações na contramão de uma atuação repressora, quando se deseja prevenir a criminalidade juvenil. Considera-se que, entre outras razões, o rompimento da legalidade é resultado do enfraquecimento dos laços de sociabilidade, seja no âmbito da convivência familiar, seja no âmbito das relações comunitárias e sociais.

Resultados

O presente projeto teve como objetivo principal a promoção da cidadania dos adolescentes e jovens, favorecendo o processo de integração e fomentação de debate e reflexões acerca dos seguintes temas: identidade, família, convívio social, direitos e deveres, elucidando os desafios contemporâneos que os mesmos enfrentam na sociedade em que vivem. Além de dinâmicas de grupo, a oficina conta com o apoio do longa metragem exibido “O contador de histórias” do diretor Luiz Villaça. O conjunto das estratégias adotadas proporcionam a internalização dos assuntos abordados, de forma lúdica e reflexiva, onde a liberdade de expressão torna-se evidente durante os encontros.

O desenvolvimento das atividades convida os adolescentes e jovens a (re)pensarem sobre seus papéis, tanto na convivência social como no familiar, de forma a refletir sobre as representações sociais que os contemplam no dado momento. Ressalta-se que a participação ativa nas dinâmicas propostas traz aos participantes um protagonismo frente aos processos de vida, onde tiveram a oportunidade de se posicionarem sem julgamentos, sendo acolhidos e ouvidos.

Como piloto deste projeto, tais oficinas foram realizadas no Projeto Adolescente Aprendiz da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Nesta experiência foram desenvolvidas duas oficinas, atendendo às duas turmas de aprendizes.

Os resultados alcançados ficaram evidenciados na avaliação realizada pelos participantes das oficinas, conforme mostram as falas a seguir descritas no questionário aplicado após os encontros:

1. Como você se sentiu durante as oficinas? Participante 1: “*Me senti muito bem, acho importante pessoas interessadas no que vamos falar*”. (sic) Participante 2: “*Me senti bem, livre*”

em me expressar”. (sic) Participante 3: *“Me senti bem por pensar que existem ainda pessoas que se preocupam com certas coisas, mas triste por pensar que coisas que deviam ser parte da vida das pessoas tem que ser lembrado*”. (sic)

2. O que você mais gostou nos encontros? Participante 1: *“Da forma de cada um se expressar e do atendimento da equipe*”. (sic) Participante 2: *“No intuito de 'tocar na ferida' fazer os jovens pensarem de verdade assim, talvez ajudando um pouco a sair da 'caverna’*”. (sic) Participante 3: *“Todos ter a liberdade de expressão*”. (sic)

Considerações Finais

Observa-se que as oficinas desenvolvidas vão para além de seus objetivos estabelecidos, acaba sendo provocativa ao promover a autorreflexão e transforma adolescentes que ocupam um espaço de reprodução de conhecimentos para jovens que produzam críticas e questionem as relações sociais, o Estado e a si mesmos, incentivando-os a buscarem um lugar social e uma nova identidade para firmar-se enquanto sujeitos no mundo.

Constata-se que as oficinas proporcionaram um espaço diferenciado do que o habitual, possibilitando a liberdade de expressão destes adolescentes onde gritam suas inquietudes, questionamentos, problematizações e ideais que, enquanto sociedade, devemos escutar e oferecer oportunidades para que eles possam tornar-se sujeitos carregados de marcas sociais, ideológicas e históricas, constituindo o sentido para sua existência.

Referências

ABERASTURY, A., KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. 10ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BRANCHER, L. N. **Justiça Restaurativa: a cultura de paz na prática da justiça**. 2011. Disponível em: <<http://ijj.tjrs.jus.br/justica-restaurativa/cultura-de-paz-na-pratica-da-justica>>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, agosto 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05>>. Acesso em: 19 de abril de 2016.

SILVA, S. C. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n.2, p. 96-118, janeiro/junho 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8398>>. Acesso em: 11 de março de 2016.